

Organização da atividade de ensino a partir do desenho universal de aprendizagem: das intenções às práticas inclusivas

Jacqueline Lidiane de Souza Prais*
Vanderley da Flor Rosa**

Resumo

Este trabalho propõe estudar a organização da atividade de ensino, considerando que no movimento da inclusão escolar ela assume um papel relevante nas discussões sobre práticas inclusivas. Diante desta temática, elenca como problema de pesquisa: de que forma a organização da atividade de ensino em um livro digital, subsidiado pelo desenho universal de aprendizagem, pode revelar a intencionalidade do professor para inclusão de alunos com deficiência no contexto do ensino regular? Almeja apresentar como objetivo geral desenvolver um livro digital que contemple a organização da atividade de ensino a partir dos princípios do desenho universal de aprendizagem. E como objetivos específicos: apresentar o referencial teórico acerca da organização da atividade de ensino subsidiada pelos princípios do desenho universal de aprendizagem; bem como, a longo prazo, analisar o processo de organização da atividade de ensino do professor que atua na inclusão do aluno com deficiência e, elaborar, em regime de colaboração com a prática pedagógica do professor, um livro digital que evidencie o planejamento de atividades escolares de caráter inclusivo. Como encaminhamento metodológico, sugere realizar uma pesquisa qualitativa e colaborativa, utilizando como fonte de coleta de dados questionários, entrevistas, documentos da escola e intervenção pedagógica, as quais serão analisadas como episódios amparados por unidades de análise: identificação das características do contexto, programa de intervenção pedagógica e avaliação do trabalho desenvolvido diante das atividades de ensino organizadas junto ao docente e sua intencionalidade com a prática inclusiva. Pressupõe que a organização da atividade de ensino que considere os pressupostos do desenho universal de aprendizagem poderá contribuir com o êxito das práticas inclusivas, bem como a produção de livro digital com estes princípios auxiliarão os docentes em sua prática pedagógica.

Palavras-chave: organização da atividade de ensino, livro digital, desenho universal de aprendizagem, prática pedagógica inclusiva.

* Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Londrina. E-mail: jacqueline_lidiane@hotmail.com

** Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Londrina. E-mail: vanderley@utfpr.edu.br

Organizing teaching on the basis of the universal design for learning: from intentions to inclusive practices

Abstract

The aim of this paper is to study the organization of teaching, considering that in the movement for inclusion in the school, it plays a prominent role in the discussion on inclusive practices. In this light, it presents the theme of the research: how can the organization of teaching in a digital book, based on the universal design of learning, show the teachers' intention to include students with disabilities in the regular teaching context? Its general objective is to design a digital book on the organization of teaching based on the principles of the universal design for teaching. Its specific objectives are to present the theoretical referential underlying teaching organization based on the principles of the universal design for teaching; and, in the long term, to analyse the process of the organization of the teaching of teachers who work on the inclusion of students with disabilities and, to draw up, on a collaborative basis with the teachers' pedagogical practice, a digital book which includes the planning of school activities of an inclusive nature. As a methodology for doing this, it suggests a qualitative and collaborative research, which would use questionnaires, interviews, school documents and pedagogical intervention as a source of data. These would be analyzed as episodes supported by units of analyzes: identification of context characteristics, program for pedagogical intervention and evaluation of the work carried out on teaching organization with the teacher and his/her intentions for inclusive practice. It presupposes that teaching organization based on the principles of universal design for learning could contribute to the success of inclusive practices, and that the production of the digital book with these principles would support teachers in their pedagogical practices

Keywords: teaching organization, digital book, universal design for learning, inclusive pedagogical practices.

Introdução

Este trabalho propõe-se a estudar a organização da atividade de ensino, considerando que no movimento da inclusão escolar ela assume um papel relevante nas discussões sobre práticas inclusivas. De acordo com Rossato e Leonardo (2011, p. 2), “a sociedade, de modo geral, enfrenta enormes dificuldades para lidar com o que é diferente, isto é, com tudo aquilo que se afasta dos padrões estabelecidos como normais”. Por isso, percebe-se que a inclusão do aluno com deficiência é encarada como um desafio para o sistema educacional no contexto do ensino regular.

O impacto das políticas inclusivas, na organização da atividade de ensino na educação especial, reafirma-se nos aspectos educacionais para com o aluno com deficiência visto que, ao mesmo tempo em que se atendem suas especificidades, esta modalidade não deve preconizar ou substituir por outra escolarização. Dentre estes aspectos relevantes no movimento da inclusão e práticas inclusivas, surge o conceito e definição de Tecnologia Assistiva, que se refere a

[...] um termo ainda novo, utilizado para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e conseqüentemente promover vida independente e inclusão (BERSCH; TONOLLI, 2006 *apud* BERSCH, 2013, p. 2).

Nesta perspectiva, no sentido mais amplo da revolução tecnológica tais recursos e serviços produzidos podem potencializar qualitativamente o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência promovendo a inclusão e autonomia no processo educativo.

Concorda-se com a ideia de Vitaliano e Manzini (2010, p. 52) de que a formação do professor é “um dos aspectos a ser aprimorado para que a inclusão escolar alcance os resultados esperados” o que, por sua vez, está atrelada às condições reais da ação docente para que possa assumir suas responsabilidades com o processo de organização da prática pedagógica no ensino.

Ao apresentar a importância da organização da atividade do ensino na atuação do professor, considera-se que a atividade principal do professor é ensinar a fim de que o aluno aprenda (MOURA, 2006). Em todas as modalidades e níveis de educação, o professor deve organizar uma atividade pedagógica intencionada a formar o pensamento teórico.

Percebe-se, nas relações profissionais em ambientes escolares, professores temerosos ao atendimento de um aluno com deficiência no ensino regular. Este contexto, somado aos conteúdos de tecnologia assistiva e didática, problematiza minha atuação docente frente a alunos com deficiência e com dificuldades de aprendizagem e, além disso, me motiva a desenvolver tal pesquisa: Como ensinar? Qual encaminhamento metodológico seria mais adequado? Como efetivar as intenções inclusivas para que sejam também práticas pedagógicas inclusivas?

A partir deste contexto, da necessidade de compreender a forma de organização do ensino para esta população e “como” ensinar a todos por uma proposta de educação inclusiva, surge o problema desta pesquisa: De que forma a organização da atividade de ensino em um livro digital, subsidiado pelo desenho universal de aprendizagem, pode revelar a intencionalidade do professor para inclusão de alunos com deficiência no contexto do ensino regular?

Acredita-se que a atuação docente frente ao aluno com deficiência vai além da organização e direcionamento do processo de ensino (metodologia e conteúdo). Sua atividade de ensino deve culminar no envolvimento do aluno com a atividade proposta, a fim de que se aproprie do conteúdo, de tal modo que supere as percepções imediatas e empíricas dos conceitos que lhes são ensinados.

Cabe frisar que esta pesquisa não tem um público alvo pré-definido ou indicação de quais alunos com determinadas deficiências participarão. Após o início da pesquisa, elucidado no encaminhamento metodológico da pesquisa colaborativa, serão levantados dados junto a um município do norte do Paraná dos professores que atuam no ensino regular e alunos com deficiência e/ou dificuldade de aprendizagem matriculados na rede. Tais professores serão convidados a um curso de curta duração sobre prática inclusiva e princípios do desenho universal de aprendizagem. Dentre eles, será selecionado um professor que tenha disposição e interesse em desenvolver o programa de intervenção colaborativa. A partir disso, almeja-se: identificar o contexto da escola e turma, quem são os alunos e quais deficiências/dificuldades eles possuem, elaborar o programa de intervenção com atividades pedagógicas inclusivas subsidiadas pelo desenho universal de aprendizagem, desenvolver o livro digital composto por estas atividades, aplicar e avaliar as atividades na intervenção pedagógica.

Pressupõe-se que, a partir da pesquisa colaborativa, haverá contribuição com o êxito das práticas inclusivas, bem como, referência para um programa de formação de professores para inclusão de alunos com deficiência no ensino regular em qualquer etapa ou nível da educação brasileira.

O encaminhamento metodológico da pesquisa colaborativa evidenciará: identificação das características do contexto, elaboração de um programa de intervenção pedagógica por meio da organização de atividades de ensino subsidiadas pelos princípios do desenho universal da aprendizagem e avaliação do trabalho desenvolvido diante das atividades de ensino organizadas pelo docente e sua intencionalidade com a prática inclusiva.

Nesta proposta de pesquisa, elenca-se como objetivo geral: desenvolver um livro digital que contemple a organização da atividade de ensino a partir dos princípios do desenho universal de aprendizagem. Assim, os objetivos do estudo são: apresentar o referencial teórico acerca da organização da atividade de ensino subsidiada pelos princípios do desenho universal de aprendizagem; bem como, em longo prazo, analisar o processo de organização da atividade de ensino do professor que atua na inclusão do aluno com deficiência e, elaborar, em regime de colaboração com a prática pedagógica do professor, um livro digital que evidencie o planejamento de atividades escolares de caráter inclusivo.

Assim, define-se como encaminhamento metodológico pesquisa descritiva bibliográfica, qualitativa e colaborativa. Pretende-se, utilizando como fonte de coleta de dados, questionários, entrevistas, documentos da escola e intervenção pedagógica,

analisando-os como episódios amparados por unidades de análise: identificação das características do contexto, programa de intervenção pedagógica e avaliação do trabalho desenvolvido diante das atividades de ensino organizadas junto ao docente e sua intencionalidade com a prática inclusiva.

A pesquisa colaborativa (Ibiapina, 2008), como uma proposta de investigação educacional, é capaz de articular a pesquisa e o desenvolvimento profissional por intermédio de aproximações entre os professores do ensino regular e o especialista de educação especial. Por meio dela, promove-se a ampliação de conhecimentos e experiências que visam, em contexto escolar, a solucionar problemas relacionados ao processo de ensino e aprendizagem, bem como à promoção do desenvolvimento profissional dos docentes envolvidos.

1 Das intenções: políticas públicas para inclusão escolar

Para iniciar a discussão sobre o tema, apresenta-se uma síntese sobre as políticas educacionais que visam à inclusão escolar e os aspectos mais relevantes apresentados nos documentos oficiais.

Destaca-se, inicialmente, a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (BRASIL, 1975) que representa um dos primeiros documentos com a ideologia da inclusão educacional. Este documento aprova e legitima os direitos de igualdade já assegurados pela “Declaração Universal dos Direitos Humanos” (BRASIL, 1948), com relação às pessoas com deficiência.

Outro documento de fundamental importância é a Constituição Federal (BRASIL, 1988) que determina em seu Art. 205 “a educação como direito de todos” e, ainda, que ela é dever do Estado e da família. Pressupõe-se, assim, a inclusão educacional das pessoas com deficiência no ambiente escolar. Vale destacar o Art. 206, o qual determina a garantia do ensino com base na igualdade, no acesso, e na permanência na escola. Ou seja, sendo considerado como direito, as pessoas com deficiência possuem garantia de qualidade a partir do ingresso na instituição educacional.

Já o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (BRASIL, 1990a) assegura em seu Art. 4 que,

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990a).

Na Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, conhecida como Declaração de Jomtien (BRASIL, 1990b), ocorre um marco para Educação Especial, pois desencadeou a discussão sobre a adequação de todos os países para que ocorresse o processo de inclusão das pessoas com deficiência.

A Declaração de Jomtien fornece definições e novas abordagens sobre as necessidades básicas de aprendizagem, tendo em vista estabelecer compromissos mundiais para garantir a todas as pessoas os conhecimentos básicos necessários a uma vida digna, visando a uma sociedade mais humana e mais justa. Subentende-se que é necessário “tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo” (BRASIL, 1990b). A declaração reforça, ainda, a garantia do acesso e da permanência de todos na educação básica.

Tem-se ainda a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), um documento exclusivamente sobre a Educação Especial, que avança nas discussões sobre este tipo de educação, firmando o compromisso dos governos para viabilizar a inclusão educacional.

Em 1996, atendendo às normativas e acordos internacionais, é decretada e sancionada a Lei nº 9394/1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996), a qual dedica um capítulo (capítulo V, artigos 58 à 60) exclusivamente à educação especial. No texto, a Lei determina que a Educação Especial constitui-se como uma modalidade de ensino às pessoas com deficiência e deverá permear todas as etapas e níveis da educação: desde a Educação Básica à Educação Superior, da Educação Infantil à Pós-graduação em *stricto sensu*. Destaca-se que este atendimento deverá acontecer “preferencialmente” no ensino regular.

A Declaração de Montreal (BRASIL, 2001a), também relevante nesta discussão, reproduz as discussões permeadas pela inclusão. Há uma ênfase na preocupação em fiscalizar não só a criação das políticas, como também sua consolidação e efetivação no âmbito educacional.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001b) evidenciam que o Brasil assume os acordos internacionais firmados pelas Declarações acima mencionadas e, assim, constrói a sua política de educação inclusiva. Integrando-se a esse processo de inclusão educacional as Diretrizes representam, além da luta pela universalização do ensino, a preocupação com os alunos com deficiência, da mesma maneira com a diversidade humana.

O documento intitulado “Política Nacional para a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2008), baseado na demanda do processo de

inclusão, tem como finalidade prover e constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos.

Depreende-se que há, por meio das políticas públicas educacionais, uma proposta de inclusão dos alunos com deficiência, preferencialmente, no ensino regular. Tal direito é assegurado com uma modalidade de educação específica, que tem por finalidade atender às especificidades e limitações dos alunos ocasionadas pela deficiência. E, ainda, garantir a escolarização e adequações curriculares quando necessário para o acesso, sucesso e permanência no âmbito escolar do aluno com deficiência.

2 Das intenções para organização da atividade de ensino na inclusão escolar

Nesta seção apresenta-se o referencial teórico acerca da organização da atividade de ensino na atuação do professor junto ao aluno com deficiência. Para tanto, faz-se necessário explicitar alguns conceitos relevantes, pois é no espaço escolar, especificamente no processo ensino e aprendizagem, que o docente sistematiza e organiza sua atividade de ensino a fim de contemplar os objetivos do ensino, conteúdo e concepção de aprendizagem.

Dentre os conceitos a serem utilizados, destaca-se o de sentido pessoal

que deve ser compreendido a partir de uma dialética entre a atividade humana e a consciência. O sentido pessoal expressa a relação subjetiva que o sujeito estabelece com os significados sociais e com as atividades humanas (ASBAHR, 2011, p.17).

Desta forma, ao estudar a organização da atividade de ensino do professor, busca-se evidenciar o sentido pessoal que o leva a sistematizar sua ação de ensinar, visto que tais conceitos estarão fundamentados em Leontiev (2006). As ideias oferecidas por este autor, quanto à Teoria da atividade, evidenciam conceitos fundamentais para a compreensão da atividade de ensino organizada pelo professor, levando-se em conta as necessidades e os motivos gerados por essas atividades.

Em síntese, para a compreensão da atividade de ensino organizada pelo professor, deve-se levar em conta as necessidades e os motivos gerados por essas atividades. Toda atividade parte de uma necessidade, que conseqüentemente gera um motivo para a realização de uma ação. Por meio de uma mediação, esta ação poderá configurar-se como uma atividade de cunho psicológico. Para tanto, deve-se analisar os motivos que a desencadeiam. Esses motivos podem configurar-se na estrutura da atividade como motivo compreensível ou eficaz (LEONTIEV, 2006).

Atividade refere-se aos processos que satisfazem uma necessidade especial correspondente às relações do homem com o mundo. A ação, por outro lado, é um processo cujo motivo não coincide imediatamente com seu objetivo, mas sim com a atividade da qual faz parte (ASBAHR, 2011, p. 51).

Contudo, constata-se que a atividade de ensino promove a ação educativa compondo a atividade de estudo, ou seja, uma atividade de aprendizagem pelo aluno. Para Davidov e Márkova (1987), a atividade de estudo é composta por três elementos: as tarefas de estudo, ações de estudo e ações de controle e avaliação. Neste percurso, inicialmente, o aluno compreende a sua tarefa de estudo que está associada à generalização teórica, fazendo com que realize ações de generalização de dado conhecimento. Após a apreensão relacionada com a motivação para o estudo (motivo eficaz), o estudante realiza, por meio de instrumentos, ações de avaliação e controle preparados pelo professor, propagando a transformação da criança em ação para o sujeito em atividade, em especial, atividade de estudo.

Pensando nisso, toda atividade de ensino que priorize a apropriação do conhecimento deve ser planejada e organizada. Contudo, para que isso de fato ocorra deve estar claro ao professor os motivos reais de sua atividade na organização da atividade de ensino.

No caso da atividade de ensino, o motivo é determinado pela necessidade de o educador ensinar o conhecimento teórico-científico elaborado sócio-historicamente, promovendo a humanização e a transformação dos estudantes por meio de ações conscientes e intencionais definidas na organização do ensino (BERNARDES, 2009, p. 239).

Para Moura (2006), a Atividade Orientadora de Ensino corresponde “àquela que se estrutura de modo a permitir que os sujeitos interajam, mediados por um conteúdo negociando significados, com o objetivo de solucionar coletivamente uma situação problema” (MOURA, 2006, p. 155). Acrescenta que:

A atividade orientadora de ensino tem uma necessidade: ensinar; tem ações: define o modo ou procedimento de como colocar os conhecimentos em jogo no espaço educativo; e elege instrumentos auxiliares de ensino: os recursos metodológicos adequados a cada objetivo e ação. [...] e, por fim, os processos de análise e síntese, ao longo da atividade, são momentos de avaliação permanente para quem ensina e aprende (MOURA, 2006, p. 155).

Ressalta-se a importância da escola para organização de uma educação inclusiva, ou seja, promover a aprendizagem de todos os alunos, em especial àqueles que

possuem deficiência. Sierra *et al* (2011), que comunga com o referencial teórico, enfatiza este papel da escola em

[...] proporcionar um ensino que se adiante ao desenvolvimento, e possibilite a compensação da deficiência por meio da apropriação da cultura e de instrumentos, intelectuais e materiais, que visem à transposição da espécie biológica para a formação do gênero humano (SIERRA et al., 2011, p.131).

Partindo das análises apresentadas acima, soma-se a análise da Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu Art. 5º “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...”. Contudo, a atividade de ensino tem contribuído para a inclusão/exclusão do aluno com deficiência no contexto do ensino regular? Talvez este seja o fio condutor para outra compreensão da diversidade social e escolar para não expropriar a identidade humana da pessoa com deficiência.

De modo geral, as orientações sobre práticas pedagógicas inclusivas nos indicam a importância do trabalho em grupo organizado de modo cooperativo ou em pares, do cuidado com os recursos a serem utilizados, do mesmo modo com a importância da proposição de situações de aprendizagem significativas.

3 Das intenções às práticas inclusivas: princípios do desenho universal da aprendizagem

Nesta seção, apresenta-se brevemente o referencial teórico acerca da organização da atividade de ensino subsidiada pelos princípios do desenho universal de aprendizagem.

Desse modo, é preciso entender que numa abordagem de educação subsidiada pelo Desenho Universal de aprendizagem a diversidade e diferença entre os estudantes são vistas como orientadoras das práticas pedagógicas, organização dos objetivos, materiais, métodos e avaliação do professor que visarão à aprendizagem e envolvimento de todos em sala de aula.

Entende-se por Desenho Inclusivo ou Universal um conjunto de preocupações, conhecimentos, metodologias e práticas que visam à concepção de espaços, produtos e serviços, utilizáveis com eficácia, segurança e conforto pelo maior número de pessoas possível, independentemente das suas capacidades (CORREIA; CORREIA, 2005, p.29).

Neste sentido, a escola, que fundamenta suas práticas no desenho universal, compreende o currículo como representação das especificidades de todas as crianças,

o qual é percebido na necessidade de flexibilização e planificação das necessidades de aprendizagens de um grupo heterogêneo que possuímos em sala de aula.

O Desenho Universal para Aprendizagem amplia o conceito de desenho universal em dois modos básicos. Primeiro, ele aplica a ideia de flexibilidade, inerente ao currículo educacional. Segundo, ele coloca o desenho universal um passo a frente, através do apoio não apenas ao melhor acesso, a informação dentro da sala de aula, mas também melhor acesso à aprendizagem (CAST, 2011, *on line*).

De tal modo, o desenho universal para a aprendizagem consiste num conjunto de objetos, ferramentas e processos elaborados a partir da investigação de princípios norteadores de ambientes de aprendizagem que são acessíveis e eficazes para todos. O desenho universal de aprendizagem assume como princípios orientadores: possibilitar múltiplas formas de apresentação do conteúdo, de ação e expressão do conteúdo pelo aluno e proporcionar vários modos de aprendizagem e desenvolvimento organizados pelo professor para os alunos promovendo a participação, interesse e engajamento na realização das atividades pedagógicas (CAST, 2011).

Cabe destacar que subsidiar o processo de ensino e aprendizagem pelo desenho universal de aprendizagem é levar em conta os seguintes objetivos: proporcionar opções para a percepção, para o uso da linguagem, expressões matemáticas e símbolos, compreensão, atividade física, expressão e comunicação, funções executivas, além de propiciar o incentivo ao interesse, oferecer suporte ao esforço e a persistência e fornecer opções para a autorregulação (CAST, 2011).

Neste sentido, para elaboração das atividades pedagógicas, apresenta-se a relevância do uso da Tecnologia Assistiva (TA). Ela assume um caráter essencial na produção e elaboração de objetos de aprendizagem ao atender as especificidades dos alunos, a fim de potencializar sua participação e envolvimento na realização das atividades educativas.

De acordo com o IMS, se a tecnologia aplicada ao aprendizado distribuído é universalmente acessível, este aprendizado terá potencial para atender além de uma grande porcentagem de pessoas com habilidades, pessoas com dificuldades de aprendizado, preferências, estilos de aprendizagem (visual, auditivo ou tátil) e habilidades particulares dos usuários (IMS – BARSTOW; ROTHBERG, 2008 *apud* MACEDO, 2010, p. 140).

Corroborar-se com a ideia de Rodrigues (2007) que a inclusão pressupõe uma reforma educativa. Esta, por sua vez, deve permitir o desenvolvimento das intenções

com a inclusão em metodologias e recursos deixando potencializar as diferentes capacidades de aprendizagem dos alunos visando ao aprender em conjunto. Assim, a Educação Inclusiva pode ser definida como

[...] reforma educacional que promove a educação conjunta de todos os alunos, independentemente das suas características individuais ou estatuto sócio-econômico, removendo barreiras à aprendizagem e valorizando as suas diferenças para promover uma melhor aprendizagem de todos (RODRIGUES, 2007, p. 34).

Tendo em vista os pressupostos políticos para a inclusão educacional, os subsídios teóricos para a organização da atividade de ensino e dos princípios orientadores do desenho universal da aprendizagem ilustram o movimento de inclusão que visa a explicitar as intenções em práticas verdadeiramente inclusivas com caráter qualitativo do ensino e da aprendizagem de todos.

4 Encaminhamentos futuros

Tal pesquisa encontra-se em andamento, sendo assim, após a pesquisa bibliográfica acima explicitada, será fundamentada a pesquisa de campo de cunho qualitativo e colaborativo. Além disso, objetiva-se realizar a pesquisa qualitativa visando à descrição de um determinado assunto procurando estabelecer variáveis e conhecer a relação entre elas a partir de dados empíricos.

De acordo com Bogdan e Biklen (1994, p. 11), o estudo qualitativo “tem no ambiente natural sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”. Vale destacar que o alvo da pesquisa qualitativa, segundo os autores, focaliza “o interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema”.

De acordo com Ibiapina (2008), a pesquisa colaborativa, como uma proposta de investigação educacional, é capaz de articular a pesquisa e o desenvolvimento profissional por intermédio de aproximações entre os professores do ensino regular e o especialista de educação especial.

Desta forma, para coleta de dados serão utilizados uma entrevista, questionários, documentos da escola e observação da prática pedagógica para extrair as unidades de análise traduzindo os objetivos (geral e específicos): identificação das características do contexto para levantar os conhecimentos dos professores sobre a inclusão escolar e as possíveis dificuldades e necessidades, programa de intervenção pedagógica (conversas reflexivas sobre a prática pedagógica inclusiva, grupo de estudos –

teóricos e práticos, planejamento de aulas e participação da pesquisadora em sala de aula), avaliação do trabalho desenvolvido frente às atividades de ensino organizadas durante a pesquisa pelos docentes e, por fim, avaliar os procedimentos pedagógicos implementados.

A partir da coleta dos dados por meio da entrevista, o procedimento de análise de episódios se concretizará por

[...] frases escritas ou faladas, gestos ou ações que constituem cenas que podem revelar interdependência entre os elementos de uma ação formadora. Assim, os episódios não são definidos a partir de um conjunto de ações lineares. Pode ser que uma afirmação de um participante de uma atividade não tenha impacto imediato sobre os outros sujeitos da coletividade. Esse impacto poderá estar revelado em um outro momento em que o sujeito foi solicitado a utilizar-se de algum conhecimento para participar de uma ação no coletivo (MOURA, 2004, p.267).

A pesquisa privilegiará um professor que atua na inclusão de alunos com deficiência no ensino regular da Educação Básica, e desta forma, os dados a serem coletados e analisados por episódios estarão amparados por duas unidades de análise: as atividades de estudo organizadas pelo docente e o entendimento de suas intenções e práticas com o movimento de educação inclusiva.

Após esta análise inicial, do processo de organização da atividade de ensino do professor que atua na inclusão do aluno com deficiência, será proposta a elaboração, em regime de colaboração com a prática pedagógica do professor, de um livro digital que evidencie o planejamento de atividades escolares de caráter inclusivo.

Tais atividades, planificadas no livro digital, serão aplicadas por meio de uma intervenção pedagógica com a participação da pesquisadora em sala de aula. A avaliação deste produto educacional se fará durante o processo de pesquisa, elaboração e aplicação na prática pedagógica proporcionando evidenciar as implicações dos procedimentos pedagógicos implementados.

Resultados esperados e considerações finais

Por se tratar de uma pesquisa de cunho qualitativo e colaborativo, almeja-se que a partir da necessidade de organizar a atividade de ensino, relacionada ao principal objetivo do professor que é ensinar, haja envolvimento psicológico do aluno desencadeando a formação de uma consciência acerca do que está sendo ensinado. Além disso, que ao organizar sua atividade de ensino, os professores levem em consideração

os documentos legais nacionais, internacionais e de seu estado, suas intenções e práticas inclusivas.

Depreende-se que a organização da atividade de ensino, que considere os pressupostos do desenho universal de aprendizagem, poderá contribuir com o êxito das práticas inclusivas, tal como a produção de um livro digital que, com estes princípios, auxiliará os docentes em sua prática pedagógica.

Ademais, todo o desenvolvimento da pesquisa, visando à organização da atividade de ensino subsidiada pelos princípios do desenho universal de aprendizagem, será referência a um programa de formação de professores para inclusão de alunos com deficiência no ensino regular em qualquer etapa ou nível da educação brasileira. Objetiva-se no processo de intervenção e avaliação, a promoção do processo de inclusão no contexto do ensino regular e coerência na construção de uma escola inclusiva.

De tal forma, consideram-se os seguintes objetivos futuros a serem alcançados por esta pesquisa em andamento: identificar a organização da atividade de ensino subsidiada pelos princípios do desenho universal de aprendizagem; apresentar dados sobre a inclusão de um município do norte do Paraná; oferecer um curso de curta duração para professores da Educação Básica no ensino regular sobre práticas inclusivas e o desenho universal de aprendizagem.

Além disso, definir características do contexto de um professor e turma na Educação Básica de um município do norte do Paraná; analisar o processo de organização da atividade de ensino de um professor que atua na inclusão do aluno com deficiência e com dificuldade de aprendizagem, elaborar, em regime de colaboração com a prática pedagógica do professor, um livro digital que evidencie o planejamento de atividades escolares de caráter inclusivo; aplicar e avaliar as atividades pedagógicas contidas no livro digital produzido por meio da intervenção pedagógica junto à prática do professor com a colaboração da pesquisadora.

Referências

ASBAHR, F. S. F. “*Por que aprender isso, professora?*” Sentido pessoal e atividade de estudo na Psicologia Histórico-Cultural. (Tese de doutorado). São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/.../tde.../teseFlaviaAsbahr.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BERNARDES, M. E. M. Ensino e aprendizagem como unidade dialética na atividade pedagógica. *Revista Psicologia Escolar e Educacional*. Campinas, v. 13, n. 2, dez/2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v13n2/v13n2a05.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BERSCH, R. *Introdução à Tecnologia Assistiva*. Porto Alegre: Assistiva/Tecnologia e Educação, 2013. Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf>. Acesso em: 12 maio. 2015.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. *Investigação qualitativa em educação*. Tradução de Maria João Álvares, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Portugal: Porto, 1994. (p. 336)

BRASIL. *Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes*. Resolução aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 09 de dezembro de 1975. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BRASIL. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BRASIL. *Lei nº 8.069*, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. (Texto compilado). Brasília: MEC, 1990a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BRASIL. *Declaração Mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. Brasília: UNICEF, 1990b. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BRASIL. *Declaração de Salamanca e Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*. Brasília: MEC, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/salamanca.txt>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BRASIL. *Lei nº 9.394/96*, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BRASIL. *Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão*. Brasília: UNICEF, 2001a. Tradução do inglês: Romeu Kazumi Sassaki. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/dec_inclu.txt>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BRASIL. *Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica*. Brasília: MEC/SEESP, 2001b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BRASIL. *Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

CAST. *Design for Learning guidelines – Desenho Universal para a aprendizagem*. APA Citation: CAST, 2011. (Universal version 2.0. - www.cast.org / www.udlcenter.org – tradução). Disponível em: <http://www.udlcenter.org/sites/udlcenter.org/files/Guidelines_2.0_Portuguese.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2015.

CORREIA, S.; CORREIA, P. Acessibilidade e desenho universal. In: CORREIA, S.; CORREIA, P. *Educação Especial - Diferenciação do Conceito à Prática*. Porto: Gailivro, 2005. (Encontro Internacional). p. 29–50

DAVIDOV, V.; MÁRKOVA, A. La concepcion de la actividad de estudio de los escolares. In: DAVIDOV, V.; SHUARE, M. *La psicologia evolutiva y pedagogia en la URSS*: antologia. Moscu: Editorial Progreso, 1987. (p. 316-337)

IBIAPINA, I. M. L. M. *Pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimento*. Brasília: Líber livro, 2008.

LEONTIEV, A. N. Uma contribuição à Teoria do desenvolvimento da Psique Infantil. In: VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV, A.N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. Tradução: Maria da Penha Villalobos. 10. ed. São Paulo: Ícone, 2006.

MACEDO, C. M. S. de. *Diretrizes para criação de objetos de aprendizagem acessíveis*. Florianópolis: UFSC, 2010. (Tese de Doutorado). Disponível em: <www.infodesign.org.br/infodesign/article/download/193/136>. Acesso em: 29 abr. 2015.

MOURA, M. O. A atividade de ensino como ação formadora. In: CASTRO, A. D.; CARVALHO, A.M. P. (orgs.) *Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

MOURA, M. O. de. Pesquisa colaborativa: um foco na ação formadora. In: CARVALHO, A. M. P. de; CASTRO, A. D. de (orgs.) *Trajetórias e perspectivas da formação de educadores*. São Paulo: Unesp, 2004. (p. 257-284).

RODRIGUES, D. (org.) **Inclusão e educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2007.

ROSSATO, S. P. M.; LEONARDO, N. S. T. A deficiência intelectual na concepção de educadores da Educação Especial: contribuições da psicologia histórico cultural. *Revista Brasileira de Educação Especial*. v.17, n.1, Marília, jan/abril, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382011000100006>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

SIERRA, D. B. *et al.* Atendimento Educacional Especializado à Pessoa com Deficiência Intelectual: Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural. *Revista Teoria e Prática da Educação*. v. 14, n. 1, p. 131-141, Maringá, jan/abril, 2011. Disponível em: <<http://www.dtp.uem.br/rtpe/volumes/v14n1/12.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

VITALIANO, C.R.; MANZINI, E.J. A formação inicial de professores para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. In: VITALIANO, C.R. (org.). *Formação de professores para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais*. Londrina: EDUEL, 2010.

Data de recebimento: 15/05/15

Data de aceite: 24/05/15